RECENSÃO CRÍTICA

Recensão critica ao livro Relações trabalho-família e género: caminhos para a conciliação de Cláudia Andrade

Joana Lobo Fernandes

Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais ESEC-IPC

joanaf@esec.pt

Cláudia Andrade (2013), Relações trabalho-família e género: caminhos para a conciliação (111 páginas). Lisboa: Coisas de Ler.

O livro **Relações trabalho-família e género: caminhos para a conciliação** resulta do trabalho de investigação desenvolvido desde há vários anos por Cláudia Andrade. A autora tem organizado toda a sua investigação em torno desta temática, tendo já resultado em diversas publicações quer sobre a realidade portuguesa quer sobre realidades comparadas, fruto do envolvimento em projectos internacionais subordinados ao tema. Sendo uma publicação que espelha um percurso nesta linha de investigação é, por isso, uma referência para a compreensão do estado da arte suportada numa extensa revisão bibliográfica, com ênfase nos últimos trinta anos de estudos nacionais e internacionais.

O livro que publica em 2013 incide na relação de conciliação, possível e/ou desejável, entre duas esferas do indivíduo: a esfera familiar, da afectividade e do emocional e a esfera profissional, da necessidade (económica) mas, também, da realização pessoal.

Nem sempre estas duas esferas foram pensadas de forma interdependente.

Ao longo do século XX assistiram-se a inúmeras mudanças sociais e económicas, logo culturais, que trouxeram relevância ao estudo desta problemática. Inicialmente centrada nas razões e motivações das mulheres no acesso ao mercado de trabalho (a questão da conciliação entre trabalho e família desde sempre se colocou com maior ênfase ao feminino e com menos impacto ao masculino), a partir dos anos oitenta o centro da atenção dos cientistas sociais passa a orientar-se para "os conflitos vividos por estas mulheres-mães-trabalhadoras no desempenho dos seus vários papéis" (p. 13) uma vez que "o sistema familiar baseado no papel do pai como sustentador económico ruiu" (idem). Se, por um lado, a problematização da questão da conciliação, na investigação científica, abriu a possibilidade de uma compreensão holística do indivíduo enquanto participante em múltiplos papéis, potenciando-lhe um conjunto de oportunidades e recursos que uma abordagem separada das diferentes esferas não apreendia, por outro lado evidenciou que as estratégias de conciliação e a compreensão total do indivíduo são vivenciadas de forma distinta pelo masculino e pelo feminino. Deste modo se compreende a opção da autora, para quem a problematização da conciliação de papéis implica uma análise que aponta para a pertinência de conciliar, igualmente, a relação trabalho-família com as questões de género.

A junção destas duas esferas e, em particular, o modo como se pensa a conciliação entre ambas ou mesmo a sua necessidade de integração/articulação caracteriza-se por ser multidisciplinar, ou antes, por propor um conjunto de perspectivas de análise e de ângulos de aproximação, a saber: sociológico, económico, demográfico, político ou psicossocial. A obra que aqui se apresenta propõe um olhar psicossocial sobre a temática da conciliação, com especial ênfase para as questões de género que lhe estão subjacentes, bem como para a conflitualidade, na gestão dos papéis, com que o indivíduo se depara.

Por conflitualidade entende-se a forma como cada indivíduo se posiciona para, individualmente e em contexto familiar, na relação com o cônjuge ou os filhos, equilibrar a gestão do tempo, alocar recursos e retirar uma compensação/satisfação dessa mesma conciliação, tratando-se de um "processo adaptativo, de ajustamentos dinâmicos do indivíduo enquanto parte de um sistema geral onde se integram os papéis profissionais e familiares" (p. 24). Enquanto processo negociado, as soluções de conciliação encontradas são influenciadas por modelos de socialização familiar mas, igualmente, pelos modelos organizacionais das entidades empregadoras, ambas facilitadoras ou inibidoras de um maior espectro de possibilidades de conciliação.

Ainda sobre o contexto primordial onde ocorre o processo de socialização, a família, refere a autora que o ambiente familiar determina grande parte das atitudes e comportamentos dos jovens em relação ao desempenho dos papéis, não existindo, porém, uma transmissão entre gerações relativa à

conciliação de papéis uma vez que esta é determinada por diversos outros factores, nomeadamente organizacionais/profissionais (p. 30).

Uma reflexão sobre esta temática é de extrema relevância na sociedade ocidental onde nos encontramos, em sociedades fortemente industrializadas e onde a definição do "eu profissional" e, por consequência, do "eu pessoal e familiar" tem sido palco de diversas reconfigurações que a autora destaca, a saber:

- predominam as famílias onde ambos os elementos exercem uma actividade profissional a tempo inteiro;
- perspectivam e vivem-se mudanças sociais e ideológicas centradas no campo dos papéis, mudanças que questionam e reescrevem os domínios do *feminino* e do *masculino*, embora se confrontem com modelos tradicionais persistentes contrastantes com a crescente afirmação do papel da mulher;
- agudizam-se os contextos de precarização do mundo laboral com fortes implicações no equilíbrio e na estabilidade económica e emocional do agregado familiar.

Estas reconfigurações, que podemos afirmar serem caracterizadoras e próprias do modelo de desenvolvimento sócio-económico-cultural ocidental, obrigam a repensar a família enquanto sistema inserido noutro a que chamamos de comunidade ou, mais genericamente, de sociedade. Ora, sendo a família o local por excelência de socialização, ao reconfigurar a primeira estamos a repensar toda a estrutura onde o indivíduo aprende a conciliar e a hierarquizar as diferentes esferas que habita. Conforme já antes referimos, a família é o *locus* principal de produção dos modos de viver os papéis múltiplos que o sujeito vai desempenhando ao longo da vida. Donde se destaca a importância dos estudos sobre as dinâmicas da mesma e uma compreensão do processo de socialização. O capítulo 2 da obra aborda esta questão com inúmeras referências a estudos que nos indicam que na estrutura familiar, aos papéis de pai e mãe estão associadas influências e estilos de vida próprios que se concretizam em modos de inter-relacionamento distintos com os filhos, consoante se trate de rapazes ou raparigas.

Daqui resulta o interesse que a autora evidencia na compreensão dos papéis de género que esta reconfiguração social e societal promove, bem como os estudos que tem desenvolvido junto das populações mais jovens, em particular estudantes e recém licenciados. Estes estudos permitem uma compreensão das atitudes e dos modelos mais desejados e valorizados "por uma sociedade que se pretende progressivamente mais igualitária" (p.46). Destaca, igualmente, e como elemento caracterizador das sociedades actuais, que os ambientes organizacionais tendem a ser cada vez mais igualitários, no sentido de uma maior partilha e cooperação entre homens e mulheres, o que extravasa e influencia, também, os papéis desempenhados em contexto familiar (p. 52).

A médio prazo, as gerações mais jovens, tendo crescido nesta constelação de problemáticas, integrarão o mercado de trabalho, com um conjunto de expectativas que sintetizam e resultam da já referida reconfiguração.

Nesta lógica, a noção de qualidade de vida passou a incluir a necessidade de negociação e partilha de papéis como modelo mais desejado e procurado. Estudos recentes têm demonstrado que a conciliação entre as esferas familiar e profissional pode ser mutuamente benéfica (p. 24, onde se referem os estudos que se centraram "na preocupação de analisar os efeitos da transferência positiva entre papéis" e na p. 45 onde se nota que a maioria dos jovens, em início de actividade laboral, ou mesmo antes da mesma, identificam os "benefícios de uma antecipação de conciliação dos papéis profissionais e familiares como factor de sucesso no futuro equilíbrio de papéis e satisfação global

com a vida"), ou seja, que o trabalho e a família se podem melhorar mutuamente, já que vivências múltiplas de múltiplos papéis sociais podem promover o bem-estar social do sujeito.

Assim, às questões que a autora coloca (p. 77):

- será possível conciliar papéis de forma satisfatória no contexto actual das sociedades modernas?
- será possível, perante as pressões e exigências do trabalho, da família, da comunidade e outras responsabilidades, gerir os múltiplos papéis de vida que cada indivíduo congrega?

Conclui a mesma que a capacidade de equilíbrio de papéis e a satisfação global com a vida estão interligadas. Para grande parte das famílias, a resposta e a experiência é positiva e "o exercício de múltiplos papéis contribui para uma auto-representação mais complexa que envolve o exercício de papéis nos vários domínios da vida sem que as relações entre eles sejam encaradas de forma conflituosa" (p. 79).

No entanto, e porque os cenários de conciliação são múltiplos, e os desafios da sociedade colocam novas exigências dia-a-dia, a temática da necessidade de conciliação entre, pelos menos duas esferas senão mais, continuará a produzir resultados importantes e esclarecedores.

Em particular, os estudos sobre esta problemática atravessam naturalmente o campo das organizações (enquanto sinónimo de local de trabalho/local de aprendizagem/local de vida). E isto porque a possível conciliação e a negociação de um equilíbrio das esferas pessoais (no plural, deliberadamente) com a esfera profissional em muito dependerá das condições que as organizações possam proporcionar aos seus colaboradores.